

Lei Anticorrupção

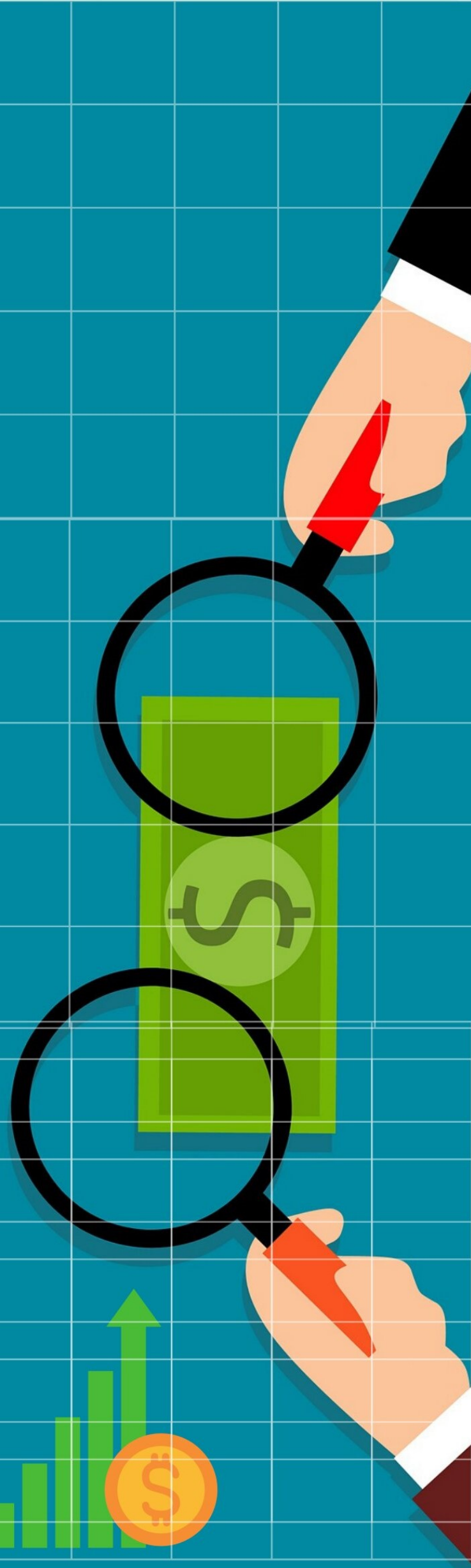
Lei 12.846/2013

bibliografia
selecionada

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

PIDAP - BIBLIOTECA

julho 2020





Lei Anticorrupção Lei 12.846/2013

bibliografia selecionada

**Publicação da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP**

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Bib Sel	Porto Alegre	n. 3	14 p.	julho 2020
---------	--------------	------	-------	------------

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Vice-Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional
Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecário Jurídico

Bibliografia Seleccionada / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2020)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2020-
Mensal.

Catálogo na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone: (51) 32881656
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br

APRESENTAÇÃO

Bibliografia Seleccionada é uma publicação mensal da Biblioteca da PGE-RS que tem por objetivo disponibilizar a Procuradores do Estado, Servidores e Estagiários, uma fonte de informações doutrinárias que contemplem assuntos selecionados que interessem às atividades-fim da Procuradoria e que contribuam para a pesquisa, a atualização e a qualificação profissional.

A consulta para a seleção dos materiais doutrinários é realizada em diversas bibliotecas, periódicos, livros eletrônicos e bases jurídicas.

A publicação não possui a pretensão de apresentar um material exaustivo. A curadoria dos conteúdos abordados é uma compilação de artigos e livros que abordam um panorama geral do assunto nas diversas áreas do Direito.

As ideias e opiniões expostas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem necessariamente a opinião da PGE-RS.

Sugestões de temas para os próximos números e solicitações de acesso ao conteúdo integral das referências podem ser enviadas para o e-mail da Biblioteca: biblioteca@pge.rs.gov.br.

Equipe da Biblioteca da PGE-RS

Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846/2013: bibliografia selecionada

JULHO 2020

DIREITO

BERTOCCELLI, Rodrigo de Pinho. Canais de denúncia e sua eficácia. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance: essência e efetividade**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 181-188. ISBN 9788579661037.

CEREN, João Pedro; CARMO, Valter Moura do. Lei anticorrupção brasileira e chilena: desafios no combate à corrupção. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba: SER/UFPR, v.63, n.3, p. 37-60, set./dez. 2018. ISSN 0104-3315.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Panorama crítico da lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 25-36, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

FRAZÃO, Ana. Corrupção e compliance: um exame da questão à luz das relações entre direito, ética e moral. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance: essência e efetividade**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 195-202. ISBN 9788579661037.

MOHALLEM, Michael Freitas et al. **Novas medidas contra a corrupção**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. 624 p. ISBN 9788595970205.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Vêras de. A juridicidade da Lei anticorrupção: reflexões e interpretações prospectivas. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.69, p. 113-133, 2015. ISSN 0101-2096.

NASCIMENTO, Melillo Dinis do. O controle da corrupção no Brasil e a lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.60, p. 79-137, abr./jun. 2016. ISSN 1808-5628.

OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de. Lei anticorrupção - avanços e desafios: breve incursão a alguns de seus aspectos controvertidos. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção: desafios em torno da lei nº 12.846/2013**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 9-31. ISBN 9788582960264.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; CEREN, João Pedro. Lei anticorrupção e acordo de leniência: apontamentos críticos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.108, n.1010, p. 181-207, dez. 2019. ISSN 0034-9275.

RIBEIRO, Paulo Dias de Moura. A lei anticorrupção. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção: desafios em torno da lei nº 12.846/2013**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 157-172. ISBN 9788582960264.

SOUZA, Rafael Soares. O acordo de leniência da lei anticorrupção e o seu controle. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção: desafios em torno da lei nº 12.846/2013**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 173-191. ISBN 9788582960264.

DIREITO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALBUQUERQUE, Ana Claudia de Paula. Inter-relacionamento entre a Lei da Improbidade Administrativa e a Lei Anticorrupção. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.17, p. 9-36, mai./ago. 2017. ISSN 22382763.

ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. A responsabilização do compliance officer e a lei anticorrupção. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.13, n.148, p. 85-104, abril 2018. ISSN 21791651.

ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. Programa de integridade (compliance program) na lei anticorrupção e culpabilidade empresarial. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.12, n.142, p. 68-111, outubro 2017. ISSN 21791651.

ALVES, Francisco Sérgio Maia. Análise da juridicidade do controle dos acordos de leniência da Lei anticorrupção empresarial pelo Tribunal de Contas da União. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.17, n.2, p. 155-182, abr./jun. 2018. ISSN 1981-2035.

AMORIM, Rodrigo Moraes de. O acordo de leniência na esfera administrativa como instrumento de prevenção e repressão à corrupção. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 58-74, out. 2019. ISSN 1676-5826.

ANDRADE, Jackeline Póvoas Santos de. O combate à corrupção no Brasil e a Lei n. 12.846/2013: a busca pela efetividade da lei e celeridade do processo de responsabilização através do Acordo de Leniência. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.4, n.1, p. 170-203, jan./abr. 2017. ISSN 231905558.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de; SANTOS, Bruna de Brito André dos; XAVIER, Leonardo Vieira. Compliance na administração pública brasileira. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v.19, n.77, p. 247-272, jul./set. 2019. ISSN 1516-3210.

BITTENCOURT, Sidney. **Comentários à Lei Anticorrupção: Lei 12.846/2013**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2015. ProView. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-203-6298-3.

BLOK, Marcella. A nova lei anticorrupção e o compliance. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.65, p. 263-318, jul./set. 2014. ISSN 1518-2703.

BONFIM, Natália Bertolo. A desconsideração da personalidade jurídica na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 91-118, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

BOTTINI, Pierpaolo; TAMASAUSKAS, Igor Sant'Anna. A controversa responsabilidade na Lei anticorrupção. **Revista Zênite de Licitações e Contratos** - ILC, Curitiba: Zênite, v.23, n.271, p. 880-883, setembro 2016. ISSN 1980-234X.

CAMPOS, Patrícia Toledo de. Comentários à Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.2, n.1, p. 160-185, jan./jun. 2015. ISSN 231905558.

CARDOSO, Maria Eduarda Corteletti P. A Lei de Improbidade e a Lei Anticorrupção na perspectiva da defesa dos direitos fundamentais. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.17, p. 133-156, mai./ago. 2017. ISSN 22382763.

COSTÓDIO FILHO, Ubirajara. Sanções administrativas e sucessão empresarial: o caso da Lei Anticorrupção. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.6, p. 11-46, 2015. ISSN 1981-3465.

COSTÓDIO FILHO, Ubirajara; BERTONCINI, Mateus; SANTOS, José Anacleto Abduch. **Comentários à Lei 12.846/2013: Lei anticorrupção**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2015. ProView. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-203-6363-5.

CUÉLLAR, Leila; PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Reflexões sobre a lei federal nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção). **Revista de Direito Público da Economia** - RDPE, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.46, p. 131-170, abr./jun. 2014. ISSN 1678-7102.

DIAS, Bruno Fernandes. Responsabilidade de pessoas jurídicas e físicas em matéria de corrupção: o regime jurídico da Lei nº 12.846/2013. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.69, p. 67-94, 2015. ISSN 0101-2096.

ESTRADA, Victor Lima Duque. As relações entre compliance e o programa PROFIP. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; MELO, Larissa; PINTO, Gabriel R. Rozendo (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito: Lei Anticorrupção**. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2018. p. 35-56. ISBN 9788561990855.

FAJARDO, Gabriel. A penalização da pessoa jurídica na lei anticorrupção: uma análise do art. 30 da Lei nº 12.846/13 à luz do princípio do non bis in idem. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.65, p. 135-165, abr./jun. 2019. ISSN 1678-7072.

FARACO, Alexandre Ditzel. Lei de defesa da concorrência e lei anticorrupção: sobreposições e conflitos normativos. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.59, p. 9-24, jul./set. 2017. ISSN 1678-7102.

GABARDO, Emerson; CASTELLA, Gabriel Morettini e. A nova lei anticorrupção e a importância do compliance para as empresas que se relacionam com a administração pública. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.60, p. 129-147, abr./jun. 2015. ISSN 1516-3210.

GABARDO, Emerson; CASTELLA, Gabriel Morettini e. O compliance e a dosimetria da pena nas ações de improbidade: ponderações a partir da lei anticorrupção. **Juris Plenum**, Caxias do Sul, RS, v.14, n.80, p. 7-26, mar. 2018. ISSN 1807-6017.

HARTMANN, Stefan Espirito Santo. Comentários à Lei Anticorrupção: Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: breves reflexões acerca das consequências da entrada em vigor da nova legislação no âmbito do Direito Administrativo. **Revista da AJUFERGS**, Porto Alegre: AJUFERGS, v.9, p. 55-86, 2016. ISSN 1679-2262.

JORGE, Fabio Martins Di; SANTOS, Paloma Costa. O ambiente político para a criação do sistema de prevenção à corrupção no Brasil: da impunidade à tão esperada correção de rumos!. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.58, p. 173-192, jul./set. 2017. ISSN 1678-7072.

JUSTEN FILHO, Marçal. Desconsideração da personalidade societária e responsabilização de terceiros na lei de improbidade administrativa e na lei anticorrupção. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro: EMERJ, v.20, n.3, p. 180-198, set./dez. 2018. ISSN 1415-4951.

LEITE, Maurício Silva; NOBRE, Eduardo Maffia Queiroz. Responsabilidade solidária por atos de corrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n. 947, p. 313-330, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

LOPES, Dayana Carlos de Almeida. O estudo e análise da nova lei anticorrupção. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito: Lei Anticorrupção**. [2. ed.]. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2019. p. 04-15. ISBN 9788572670012

MARCHESI, Bruna Lícia Pereira. O acordo de leniência na Lei de Anticorrupção Empresarial. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.22, n.256, p. 529-530, junho 2015. ISSN 1980-234X.

MARTINS, Humberto. A Lei nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e a aplicação de suas sanções administrativas: anotação sobre as métricas, a dosimetria, a constitucionalização e os direitos humanos. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção: desafios em torno da lei nº 12.846/2013**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 103-114. ISBN 9788582960264.

MARQUES, Eric de Souza Santos. Eficiência normativa: uma análise crítica da lei anticorrupção. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito: Lei Anticorrupção**. [2. ed.]. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2019. p. 118-154. ISBN 9788572670012.

MARRARA, Thiago. Acordo de leniência na lei anticorrupção: pontos de estrangulamento da segurança jurídica. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.6, n.2, p. 95-113, jul./ago. 2019. ISSN 231905558.

MARRARA, Thiago. Acordos de leniência no processo administrativo brasileiro: modalidades, regime jurídico e problemas emergentes. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.2, n.2, p. 509-527, jul./dez. 2015. ISSN 231905558.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Do conflito da lei anticorrupção (lei nº 12.846/2013) com a lei de improbidade administrativa (lei nº 8.429/1992), no que pertine a responsabilidade da pessoa jurídica privada: antinomia jurídica. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 31-47, junho 2017. ISSN 21791651.

MOREIRA, Egon Bockmann; BAGATIN, Andreia Cristina. Lei anticorrupção e quatro de seus principais temas - responsabilidade objetiva, descon sideração societária, acordos de leniência e regulamentos administrativos. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.47, p. 55-84, jul./set. 2014. ISSN 1678-7102.

NEVES, Ricardo. Lei anticorrupção - responsabilização objetiva de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.21, n.242, p. 334-337, abril 2014. ISSN 1980-234X.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de. Autonomia da ação de responsabilidade de pessoas jurídicas no Brasil com fundamento na Lei nº 12.846/2013. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo: FGV/Atlas, v.276, p. 147-163, set./dez. 2017. ISSN 0034.8007.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A consensualidade no direito público sancionador e os acordos nas ações de improbidade administrativa. **Revista Forense**, Rio de Janeiro: Forense, v.114, n.427, p. 197-218, jan./jun. 2018. ISSN 0102-8413.

PALHARES, Felipe. Corrupção empresarial: a sucessão da responsabilidade nas operações societárias lesivas à administração pública. **Revista de Direito Privado**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.67, p. 343-388, julho 2016. ISSN 1517-6290.

PEREZ, Marcos Augusto. Controle da administração pública no Brasil: um breve resumo do tema. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.52, p. 69-74, jan./mar. 2016. ISSN 1678-7072.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Desconsideração administrativa da personalidade societária - compatibilidades e possibilidades da Lei Anticorrupção. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.2, n.1, p. 381-410, jan./jun. 2015. ISSN 231905558.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Retrospecto da responsabilidade da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro: do Código Civil de 1916 até a compreensão da responsabilidade objetiva da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.5, n.1, p. 32-65, jan./jun. 2018. ISSN 231905558.

RAMOS, Gisele Mota. Corrupção: um problema de decisão organizacional, papel do estado ou resultado da ação humana. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito: Lei Anticorrupção**. [2. ed.]. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2019. p. 186-204. ISBN 9788572670012

RÊGO, Eduardo de Carvalho; SCHRAMM, Fernanda Santos. Breves apontamentos sobre a lei anticorrupção - a lógica da improbidade administrativa no âmbito privado. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.22, n.251, p. 27-32, janeiro 2015. ISSN 1980-234X.

REGULES, Luiz Eduardo Patrone. A lei anticorrupção e o terceiro setor. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 237-255, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

REMÉDIO, José Antônio; SILVA, Marcelo Rodrigues da. Os acordos de leniência da lei anticorrupção e o uso da informação da empresa colaboradora como ativo na reparação integral do dano e no pagamento das sanções pecuniárias. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.17, n.3, p. 165-184, jul./set. 2018. ISSN 1981-2035

RITT, Caroline Fockink; OLIVEIRA, Chaiene Meira de. A aplicação das responsabilizações da lei anticorrupção para as entidades da administração pública indireta. In: SEMINARIO INTERNACIONAL TUTELAS A EFETIVACAO DE DIREITOS INDISPONIVEIS, 2, 2018, Porto Alegre. **Coletânea**. Porto Alegre: FMP, 2018. p. 205-229. ISBN 9788569568124.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira da; COSTA, Pedro Luiz Chagas. O programa de integridade como instrumento de exclusão das sanções administrativas na lei anticorrupção. **Juris Plenum Direito Administrativo**, Caxias do Sul, RS, v.7, n.25, p. 143-166, mar. 2020. ISSN 2319-0256.

SANTOLIM, Cesar. A lei anticorrupção e os tribunais de contas. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.181, p. 29-32, janeiro 2017. ISSN 1676-5826.

SANTOS, José Anacleto Abduch. Lei anticorrupção - responsabilidade objetiva por atos lesivos contra a administração pública. **Revista Zênite de Licitações e Contratos** - ILC, Curitiba: Zênite, v.21, n.240, p. 118-123, fevereiro 2014. ISSN 1980-234X.

SILVEIRA, Daniel Barile da; SILVA, Tiago Nunes da. Algumas reflexões sobre aplicabilidade da lei nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) em relação as empresas estatais. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.19, n.103, p. 115-134, maio/jun. 2017. ISSN 1676-8701.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. O acordo de leniência na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 157-178, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

SOUZA, Renee do Ó. O compliance como instrumento de política pública de combate à corrupção. **Juris Plenum**, Caxias do Sul, RS, v.14, n.80, p. 49-72, mar. 2018. ISSN 1807-6017.

SOUZA, Renee; LIMA, Rogério Sanches de. Compliance como instrumento de combate à corrupção. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.12, n.141, p. 197-200, setembro 2017. ISSN 21791651.

TAMASAUSKAS, Igor Sant'anna. Apresentação RT especial: a lei anticorrupção administrativa. *Revista dos Tribunais*, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, v.103, n.947, p. 11-22, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

VASCONCELOS, Beto; SILVA, Marina Lacerda e. Lei anticorrupção, leniência e compliance: avanços e desafios. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance: essência e efetividade**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 101-110. ISBN 9788579661037.

VENTURA, Leonardo Henrique de Carvalho. Peculiaridades do processo administrativo de responsabilização na lei anticorrupção. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.13, n.154, p. 89-98, outubro 2018. ISSN 21791651.

VICENTE, Ísis Carolina Massi; BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José. Consolidação de valores éticos nas empresas estatais e o combate à corrupção: práticas para a efetivação de políticas socialmente responsáveis. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.3, n.1, p. 41-61, jan./jun. 2017. ISSN 25260073.

ZIMMER, Aloísio. **Lei anticorrupção: Lei 12.846/2013**. Coordenação: Irene Patrícia Nohara, Fabrício Motta, Marco Praxedes. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. ProView. Livro eletrônico sem paginação. (Coleção soluções de direito administrativo. Leis comentadas. Série I - administração pública ; v. 9). ISBN 978-85-5321-900-1.

ZOCKUN, Maurício; ZOCKUN, Carolina Zancaner. A responsabilidade objetiva na lei anticorrupção. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.20, p. 99-105, maio/ago. 2018. ISSN 22382763.

LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASSIS, Luiz Eduardo Altenburg de; SCHRAMM, Fernanda Santos. Cláusulas anticorrupção nas contratações públicas. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.25, n.297, p. 1095-1103, novembro 2018. ISSN 1980-234X.

BRAGA, Carlos Eduardo Teixeira. Licitação e advocacia pública na lei anticorrupção. In: ROSSATO, Luciano Alves (Coord.). **Temas atuais da advocacia pública**. Salvador: JusPODIVM, 2015. p. 39-50. ISBN 9788544201381.

CASTELLA, Gabriel Morettini e. Cláusulas anticorrupção e as novas exigências de programas de integridade para as contratações públicas. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.25, n.293, p. 690-694, julho 2018. ISSN 1980-234X.

GUERRA, Fernanda Alves Gomes. O princípio da livre concorrência nas licitações públicas no âmbito da lei anticorrupção. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito: Lei Anticorrupção**. [2. ed.]. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2019. p. 155-167. ISBN 9788572670012.

LACERDA, Natalia de Melo. A emergência dos programas públicos de integridade como instrumento de prevenção de cartéis em licitação. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF: Senado Federal, v.56, n.221, p. 111-130, jan./mar. 2019. ISSN 0034-835X.

LEI anticorrupção (Lei nº 12.846/13) e sua aplicabilidade a licitações públicas e contratos administrativos. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.22, n.262, p. 1130-1139, dezembro 2015. ISSN 1980-234X.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Contratação pública e compliance: uma proposta para a efetividade dos programas de integridade em contratações públicas. **Revista de Contratos Públicos – RCP**, Belo Horizonte, ano 7, n. 13, p. 79-97, mar./ago. 2018.

DIREITO INTERNACIONAL

CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. Direito anticorrupção em rede e cooperação jurídica internacional. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção: desafios em torno da lei nº 12.846/2013**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 134-144. ISBN 9788582960264

GANDARA, Leonardo André. A influência estrangeira no direito brasileiro: caso da Lei Anticorrupção. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.13, n.52, p. 183-211, out./dez. 2015. ISSN 1678-7102.

PEREIRA NETO, Miguel. A lei anticorrupção e a administração pública estrangeira. *Revista dos Tribunais*, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, v.103, n.947, p. 331-358, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

RISTER, Carla Abrantkoski. A relevância da cooperação internacional para o aprofundamento do combate à corrupção no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre: Lex Magister, v.5, n.29, p. 58-71, jun./jul. 2019. ISSN 2359-1137.

DIREITO CONSTITUCIONAL

BLANCHET, Luiz Alberto; MARIN, Tâmera Padoin Marques. A corrupção como violação de Direitos Humanos e a necessária efetividade da Lei nº 12846/2013. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.71, p. 267-294, jan./mar. 2018. ISSN 1516-3210.

CASARÍN LEÓN, Manlio Fabio. El Sistema Nacional Anticorrupción a la luz del paradigma del Estado constitucional y democrático de derecho. **Revista de direito administrativo e infraestrutura**, v. 2, n. 4, p. 317-340, jan./mar. 2018.

COUTINHO, Leandro de Matos. Compliance anticorrupção como elemento de defesa do Estado democrático de direito. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance: essência e efetividade**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 135-142. ISBN 9788579661037.

GALVÃO, Leonardo Vasconcellos Braz. A inconstitucionalidade do art. 25 da lei anticorrupção. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.4, n.11, p. 215-229, mai./ago. 2015. ISSN 22382763.

HARGER, Marcelo. A inconstitucionalidade da responsabilidade objetiva na Lei 12.846/2013. **Revista de direito administrativo e infraestrutura**, v. 1, n. 2, p. 99-110, jul./set. 2017.

RIBEIRO, Bruno Fialho. A lei anticorrupção e os fundamentos na constituição cidadã. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 73-79, junho 2017. ISSN 21791651.

SAMPAIO, Gabriel de Carvalho; VAZZOLER, Anna Claudia Pardini. Lei anticorrupção e a abrangência do inciso V do art. 5º. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 57-71, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

SANTOS, Kleber Bispo dos. Das sanções da Lei Anticorrupção à luz da ponderação de interesses. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.57, p. 131-162, jul./set. 2015. ISSN 1808-5628.

TAMASAUSKAS, Igor Sant'Anna; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. A interpretação constitucional possível da responsabilidade objetiva na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 133-155, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

DIREITO ECONÔMICO. DIREITO FINANCEIRO. DIREITO TRIBUTÁRIO

LOUREIRO, Caio de Souza. Correndo atrás do tempo perdido: excessos e irracionalidades no combate à corrupção no Brasil. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.13, p. 95-125, mar./ago. 2018. ISSN 22388508.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; SILVA, Ana Cláudia Rossetto; ORTEGA, Ana Clara da Silva. A união do direito econômico e da contabilidade forense no combate às fraudes corporativas no Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: v.108, n.1000, p. 101-126, fev. 2019. ISSN 0034-9275.

SANTOS, Natália Batista da Costa; RODRIGUES, Filipe Azevedo. Os jogos da leniência: uma análise econômica da lei anticorrupção. **Direito Público**, São Paulo: IOB/IDP, v.14, n.78, p. 54-71, nov./dez.2017. ISSN 1809-7448.

SOUZA, Ricardo Inglez de; SILVEIRA, Luciana Dutra de Oliveira. Lei anticorrupção e a defesa da concorrência. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 201-211, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins; MATTHIESEN, Maria Raphaela Dadona. Conceito de faturamento bruto excluídos os tributos para aplicação da pena de multa na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 119-132, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

DIREITO CIVIL

AGUIAR, André Amarai de. Diferença qualitativa entre responsabilidade civil, penal e administrativa e o art. 6º da lei anticorrupção. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.15, n.3, p. 91-112, jul./set. 2016. ISSN 1981-2035.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. Responsabilidade civil e lei anticorrupção: uma crítica sistêmica da Lei n. 12.846/13 em seus efeitos civis. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei nº 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 44-58. ISBN 9788582960264.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz ; BORGARELLI, Bruno de Ávila. A responsabilidade civil objetiva na lei anticorrupção. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei nº 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 145-156. ISBN 9788582960264.

SANTOS, Dielson Claudio dos; ZANGANELLI, Margareth Vetis; COELHO JÚNIOR, Thalmo de Paiva. Responsabilidade de pessoas jurídicas por corrupção: aplicação da Lei nº 12.846/2013 e seus primeiros resultados. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.18, n.2, p. 71-106, abr./jun. 2019. ISSN 2525328X.

VIÉGAS, Francisco de Assis; MURAD, Raul. Responsabilidade civil nos acordos de delação premiada: desafios e perspectivas para a reparação dos danos no âmbito da "Operação Lava Jato". **Revista Brasileira de Direito Civil**, Rio de Janeiro: IBDCivil, v.11, n.1, p. 145-154, jan./mar. 2017. ISSN 23586974.

DIREITO COMERCIAL. DIREITO EMPRESARIAL

AMARAL, Arthur Gabriel Rodrigues do. A denúncia anônima nos programas empresariais de compliance. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre: Lex Magister, v.2, n.11, p. 43-50, jun./jul. 2016. ISSN 2359-1137.

BERTOCELLI, Rodrigo de Pinho. A evolução do compliance no Brasil e sua efetividade. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre: Lex Magister, v.5, n.28, p. 53-62, abr./maio 2019. ISSN 2359-1137.

BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes; VOSGERAU, Bruno Roberto. A dissolução compulsória da pessoa jurídica na lei anticorrupção e o aparente conflito com princípio da função social da empresa e o princípio da preservação da empresa. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.4, n.2, p. 60-78, jul./dez. 2018. ISSN 25260073.

BRAGA FILHO, Vanderson Maçullo; AYOUB, Luiz Roberto. O impacto da lei anticorrupção na recuperação judicial de empresas. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro: EMERJ, v.19, n.75, p. 268-284, jul./set. 2016. ISSN 1415-4951.

BRANDÃO, Ana Regina Marques. Análise da responsabilidade das pessoas jurídicas na Lei 12.846/2013 sob a perspectiva da defesa empresarial. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; MELO, Larissa; PINTO, Gabriel R. Rozendo (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito: Lei Anticorrupção**. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2018. p. 23-34. ISBN 9788561990855.

CABRAL, Maria Eliza Leal. Lei anticorrupção brasileira: uma análise sobre a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica. In: SEMINARIO INTERNACIONAL TUTELAS A EFETIVACAO DE DIREITOS INDISPONIVEIS, 2, 2018, Porto Alegre. **Coletânea**. Porto Alegre: FMP, 2018. p. 601-623. ISBN 9788569568124.

CARVALHOSA, Modesto. **Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas**: Lei 12.846/2013. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2015. ProView. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-203-5893-1.

CREUZ, Luís Rodolfo Cruz e. O programa empresa pró- ética: estudo sobre a iniciativa do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria - Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 9-30, junho 2017. ISSN 21791651.

EDINGER, Carlos. Programas de integridade anticorrupção: autonomia e heteronomia. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.106, n.977, p. 267-285, março 2017. ISSN 0034-9275.

FAGALI, Bruno. A construção e consolidação do ambiente normativo global de combate à corrupção empresarial. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance**, São Paulo, v.1, n.1, p. 31-75, 2020.

FERNANDES, J. U. Jacoby; REIS, Ludimila. Programa de integridade nas microempresas e empresas de pequeno porte. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.168, p. 37-38, dezembro 2015. ISSN 1676-5826.

FERRARI, Eduardo Reale. O acordo de leniência como forma de garantia da preservação da empresa. **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**, v. 1, n. 4, abr./jun. 2017.

FERRAZ, Luciano. Reflexões sobre a lei nº 12.846/2013 e seus impactos nas relações público-privadas - lei de improbidade empresarial e não lei anticorrupção. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.47, p. 33-43, out./dez. 2014. ISSN 1678-7072.

FONSECA, Antonio. Programa de compliance ou programa de integridade, o que isso importa para o direito brasileiro?. **Revista do Tribunal Regional Federal 1. Região**, n.1/2, p. 77-94, jan./fev. 2018.

FORIGO, Camila Rodrigues; GONÇALVES, Oksandro Osdival. A aplicabilidade das sanções previstas na Lei Anticorrupção Empresarial (Lei Federal 12.846/2013): uma análise a partir das fraudes envolvendo o metrô de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.23, n.115, p. 337-367, jul./ago. 2015. ISSN 1415-5400.

MATOS, Amanda Prado de. Sociedade corruptora. **Revista de Direito Privado**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.20, n.100, p. 95-112, jul./ago. 2019. ISSN 1517-6290.

MAY, Yduan de Oliveira; POSSAMAI, Angélica Pereira. Lei anticorrupção, compliance e a função social empresarial. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir/UFRGS**, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2020. ISSN 1678-5029.

MELO, Renan Emanuel Rocha. Da cláusula anticorrupção: breve análise de sua sistemática com a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) em contratos empresariais. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; MELO, Larissa; PINTO, Gabriel R. Rozendo (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito: Lei Anticorrupção**. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2018. p. 08-22. ISBN 9788561990855.

NASCIMENTO, Juliana Oliveira; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. A Lei Anticorrupção e o Princípio da Boa-fé: desafios da ética corporativa nos contratos empresariais. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre: UFRGS, v.35, p. 199-217, 2016. ISSN 0104-6594.

PAULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coords.). **Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção: integridade para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 452 p. ISBN 9788545004738. E-book plataforma bidforum.

PETHECHUST, Eloi Rodrigues Barreto; GONÇALVES, Oksandro Osdival; FORIGO, Camila Rodrigues. A intervenção judicial como sanção alternativa às penas de suspensão, interdição parcial ou dissolução compulsória da pessoa jurídica previstas na lei anticorrupção empresarial. **Revista do Direito [da UNISC]**, Santa Cruz do Sul, n.58, p. 2-19, maio/ago. 2019. ISSN 0104-9496.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; DINIZ, Patrícia Dittrich Ferreira. Compliance e Lei Anticorrupção nas empresas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF: Senado Federal, v.52, n.205, p. 87-105, jan./mar. 2015. ISSN 0034-835X.

RITT, Caroline Fockink; OLIVEIRA, Chaiene Meira de. Compliance corporativo: instrumento para prevenção de práticas corruptivas no meio empresarial e sua importância na busca de negócios mais éticos. In: SEMINARIO NACIONAL TUTELAS A EFETIVACAO DE DIREITOS INDISPONIVEIS, 3, 2017, Porto Alegre. **Coletânea**. Porto Alegre: FMP, 2018. p. 309-327. ISBN 9788569568117.

RODRIGUES, Matheus Vinícius Aguiar. No combate à corrupção empresarial, como incentivar normativamente a implementação efetiva do compliance? **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo, v.4, n.13, p. 221-249, abr./jun. 2020. ISSN 2526-8120.

SCAPINELLI, Christopher Pinto Ferro; SCAPINELLI, Taisa Queiroz Ferro. Aspectos da lei anticorrupção empresarial brasileira. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 80-86, junho 2017. ISSN 21791651.

SOUZA, Fernanda Nunes Coelho Lana e. Implementação de um programa de compliance. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance: essência e efetividade**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 209-214. ISBN 9788579661037.

VALE, Murilo Melo. A lei anticorrupção empresarial: um contraponto à agenda de combate à corrupção. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 48-72, junho 2017. ISSN 21791651.

VIEIRA, Carla Valente. O (des)compasso entre a cultura corporativa e os códigos de conduta. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance: essência e efetividade**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 203-208. ISBN 9788579661037.

ZANETTI, Adriana Freisleben de. Lei anticorrupção e compliance. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.5, n.15, p. 35-60, set./dez. 2016. ISSN 22382763.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Procedimento e sanções na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 267-279, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

OLIVEIRA, Fábio Junior de; CHOQUE, Romina Diana Flores. Processo e procedimento da responsabilidade das pessoas jurídicas sob a égide da Lei Anticorrupção - Lei 12.846/2013 - correlacionada às inovações do novo CPC - Lei 13.105/2015. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.105, n.966, p. 203-222, abril 2016. ISSN 0034-9275.

DIREITO PENAL

BAZO, Andressa Loli; TOJAL, Tarsila Fonseca. Lei anticorrupção: direito administrativo sancionador e sua interface com o direito penal. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance**, São Paulo, v.1, n.1, p. 165-184, 2020.

CAMARGO, Beatriz Corrêa; SOUSA, Gabriel Rodrigo de; LOPEZ, Raphael Ferreira. Limitações e desafios da utilização da teoria do domínio do fato para a punição de agentes políticos na América Latina: estudo comparativo entre Brasil, Peru e Argentina. **Revista dos Tribunais**, vol.109, n. 1011, p. 203 - 225, janeiro 2020.

CURADO JÚNIOR, Luiz Augusto. Acordos de leniência e de colaboração premiada: um estudo sobre as semelhanças entre os institutos e a importância da atuação conjunta destes para o combate à corrupção. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; MELO, Larissa; PINTO, Gabriel R. Rozendo (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito: Lei Anticorrupção**. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2018. p. 57-85. ISBN 9788561990855.

NAKAHARA, Eric Felipe Sabadini. A responsabilidade penal do Conselho de Administração diante dos deveres de compliance no pós-Lava Jato. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance**, São Paulo, v.1, n.1, p. 13-30, 2020.

OLIVEIRA, Chaiene Meira de; RITT, Caroline Fockink. Os reflexos dos acordos de leniência no âmbito da lei anticorrupção brasileira na delação premiada e consequências no processo penal: um estudo diante da omissão legislativa. In: BITENCOURT, Caroline Müller (Org.). **Direito (re)discutido**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2018. p. 280-298. ISBN 9788575784907.

RITT, Caroline Fockink; OLIVEIRA, Chaiene Meira de. Acordos de leniência e delação premiada enquanto mecanismos de combate a corrupção: principais distinções e aplicabilidade. In: LEAL, Mônia Clarissa Hennig; CUSTÓDIO, André Viana (Org.). **Fundamentos constitucionais das políticas públicas**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2019. p. 157-170. ISBN 9788575784952.

SAAD-DINIZ, Eduardo. Brasil vs. Golias : os 30 anos da responsabilidade penal da pessoa jurídica e as novas tendências em compliance. **Revista dos tribunais**, São Paulo, v. 107, n. 988, p. 25-53, fev. 2018.

SANCTIS, Fausto Martin de. Lei anticorrupção e lavagem de dinheiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 213-236, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de. Limites jurídico-penais do acordo de leniência em casos de grupos econômicos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 107, n. 991, p. 301-315, maio 2018.

TOJAL, Sebastião Botto de Barros. Interpretação do artigo 30 da lei 12.846/2013. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 282-294, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

VIEIRA, Vânia Lúcia Ribeiro; ARANHA, Márcio Lório. Compliance anticorrupção e modelagem regulatória: regulação prescritiva e risco de implantação de programas de fachada. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v.28, n.167, p. 149-187, maio 2020. ISSN 1415-5400.

DIREITO TRABALHISTA

BRANDÃO, Felipe Gondim. Programas de compliance, poder diretivo do empregador e os limites constitucionais à regulação da relação de emprego na perspectiva do Estado democrático de direito. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, Porto Alegre: Síntese, v.29, n.337, p. 110-127, julho 2017. ISSN 1519-1834.

INNOCENTI, Ricardo et al. Compliance trabalhista. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 106, n. 979, p. 91-101, maio 2017.

KRUPPA, Roberta Potzik Soccio. Compliance trabalhista. **Revista Fórum Justiça do Trabalho**, Belo Horizonte, v.37, n.437, p. 37-54, maio 2020. ISSN 0103-5487

PINTO, Flávia Francisca Moraes da Costa; BARROS, Ana Clara Santos Borges de. A prática do programa de compliance no âmbito trabalhista e seu efeito nas empresas sob a perspectiva da Lei nº 12.846/2013. **Revista Fórum Justiça do Trabalho**, Belo Horizonte, v.37, n.434, p. 81-89, fev. 2020. ISSN 0103-5487.

RIBEIRO, Grazielle Lopes; STRASSER, Francislaine de Almeida Coimbra. Compliance como antídoto à “pejotização”. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.109, n.1014, p. 21-41, abr. 2020. ISSN 0034-9275.